

ARTIGO ORIGINAL

## Escuta no tempo de espera: entre o acolhimento e adoção - uma análise do conto “Martina e o Construtor de Pontes”

**Cleide Vitor Mussini Batista**

Universidade Estadual  
de Londrina, Brasil  
[cler@uel.br](mailto:cler@uel.br)

**Gilmara Lupion Moreno**

Universidade Estadual  
de Londrina, Brasil  
[gilmaralupion@hotmail.com](mailto:gilmaralupion@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo objetiva evidenciar a necessidade de escutar e acolher os dizeres da criança e do adolescente institucionalmente acolhidos à espera de uma nova família pela via da adoção. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base: na perspectiva da Psicanálise; nos autores lidos e discutidos nos cursos e grupo de estudos do Projeto de Extensão que trata sobre adoção e acolhimento institucional; e na análise do conto “Martina e o construtor de pontes”, de D’Andrea (2012). As reflexões deste estudo tendem a contribuir para a preparação dos profissionais que acompanham as crianças e os adolescentes acolhidos, bem como dos adotantes, para que os processos de adoção sejam concluídos com êxito, garantindo aos adotados o direito à convivência familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** criança; adolescente; acolhimento institucional; adoção; Psicanálise.

RECEBIDO EM 25/04/2023  
ACEITO EM 18/07/2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

## La escucha en el tiempo de espera: entre la acogida y la adopción - un análisis del cuento “Martina y el constructor de puentes”

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar la necesidad de escuchar y aceptar los dichos de los niños y adolescentes acogidos institucionalmente en espera de una nueva familia a través de la adopción. Se trata de una investigación bibliográfica basada en: la perspectiva del Psicoanálisis; \*en los autores leídos y discutidos\* en los cursos y grupo de estudio del Proyecto de Extensión que trata sobre adopción y acogida institucional; y en el análisis del cuento “Martina and the Bridge Builder”, de D’Andrea (2012). Las reflexiones de este estudio tienden a contribuir a la preparación de los profesionales que acompañan a los niños y adolescentes en acogimiento familiar, así como a los adoptantes, para que los procesos de adopción sean culminados con éxito, garantizando a los adoptados el derecho a la vida familiar.

**PALABRAS CLAVE:** niño; adolescente; recepción institucional; adopción; Psicoanálisis.

## Listening in the waiting time: between welcoming and adoption - an analysis of the short story “Martina and the Bridge Builder”

### ABSTRACT

This article aims to highlight the need to listen and accept the sayings of children and adolescents institutionally welcomed while waiting for a new family through adoption. This is a bibliographical research based on: the perspective of Psychoanalysis; \*in the authors read and discussed\* in the courses and study group of the Extension Project that deals with adoption and institutional reception; and in the analysis of the short story “Martina and the Bridge Builder”, by D’Andrea (2012). The reflections of this study tend to contribute to the preparation of professionals who accompany the children and adolescents in foster care, as well as the adopters, so that the adoption processes are successfully completed, guaranteeing the adoptees the right to family life.

**KEYWORDS:** child; adolescent; institutional reception; adoption; Psychoanalysis.

## 1 INTRODUÇÃO

*Tempo,  
tempo,  
tempo...  
O próprio tempo  
ensina  
a arte de esperar.*

*Tempo passado,  
tempo presente,  
tempo futuro  
e, em cada um desses tempos  
tem um tempo.*

*Tempo ao tempo,  
mas o tempo  
não dá um tempo.  
Tá no pensamento,  
no sentimento  
e, se tenta esquecer  
só faz lembrar  
que o tempo  
passa,  
não para.<sup>1</sup>*

O acolhimento institucional é uma forma de espera pela reestruturação familiar e de preparo para o retorno à família biológica do bebê, da criança ou do adolescente que se encontrava em situação de risco social ou pessoal. Além disso, o acolhimento pode representar um período de transição para o processo de adoção, quando não há mais possibilidades de reinserção na família de origem ou extensa. Estar no acolhimento implica pensar no tempo, que pode ser curto ou longo, pode ainda trazer sensações conflituosas em razão da incerteza de sua duração.

Diante disso, sobre o tempo de espera no acolhimento, levantam-se os seguintes questionamentos: qual é a perspectiva daquele que espera, seja bebês, crianças ou adolescentes, seja dos pretendentes? Quais são os percalços e as superações imputados aos que esperam? Como escutar e acolher as aflições e angústias dos que esperam? Como promover essa escuta? Mais precisamente, a questão-problema

<sup>1</sup>Texto criado especialmente para este artigo.

cerne deste artigo, a que se pretende responder é: o que se escuta da criança durante o tempo de espera?

Tais indagações são levantadas com o objetivo principal de escutar e acolher os dizeres da criança e do adolescente institucionalmente acolhidos à espera de uma nova família pela via da adoção. Os objetivos específicos são: refletir acerca dos dizeres da criança no tempo de espera entre o acolhimento e a adoção, considerando a importância dos objetos e fenômenos transicionais, a preservação do nome do adotado, a insegurança da criança em relação aos adultos; demonstrar a importância do preparo dos profissionais que acompanham os acolhidos, bem como dos futuros pais e mães por adoção, capacitando-os a escutar a história pregressa da criança e/ou do adolescente, seus medos e desejos sobre o tempo futuro.

Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base: na perspectiva da Psicanálise; nos autores lidos e discutidos nos cursos e grupo de estudos do Projeto de Extensão<sup>2</sup> que trata sobre adoção e acolhimento institucional; e na análise do conto “Martina e o construtor de pontes”, de D’Andrea (2012), apresentado no livro *Tempo de Espera: como vivem as crianças, o casal, e os trabalhadores sociais à espera da adoção*, para promover uma discussão acerca do que se escuta no tempo de espera, entre o acolhimento e adoção. No conto, Martina, uma menina de seis anos, com ajuda do Construtor de Pontes, escreve uma carta para seus futuros pais adotivos. “O objetivo da ‘história’ é colocar em evidência os pedidos, a curiosidade, os pensamentos, os medos, as dúvidas que uma menina com uma história vivida e ‘à espera’ de ser adotada pode viver e levar para a futura relação com os ‘novos pais’” (D’ANDREA, 2012, p. 27).

A menina Martina traz indagações que se tornam relevantes para pensar a adoção e até uma adoção com menor risco de devolução, uma vez que, por meio da ficção, a conversa da menina com o Construtor de Pontes possibilita olhar para o acolhimento e para a adoção na perspectiva de quem vive a separação

<sup>2</sup> Projeto de Extensão, intitulado “Adoção e acolhimento institucional: uma proposta de formação continuada para professores e gestores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental”, do Departamento de Educação, de uma universidade pública do Estado do Paraná.

da sua família de origem, a sua inserção em uma instituição de acolhimento e as angústias e os sonhos de quem espera por uma nova família. Ou seja, o conto traz tanto a questão do desligamento da família biológica como a espera pela família adotante, entre uma família e outra. É nesse meio que se insere a instituição de acolhimento, que vem acompanhada de indagações, expectativas, ansiedade etc. Por meio do conto, será feita discussão e análise sobre o processo desde o acolhimento até a adoção.

Adotar alguém pode significar criar uma continuidade entre passado e presente. Como já disse D’Andrea (2012), adotar é integrar as histórias do passado da criança com as do presente, acrescentando-se a construção de um futuro em tempo presente, fazendo-a existir. Como dizia Santo Agostinho, em *Confissões* (Livro XI, O homem e o tempo), há três tempos: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e a esperança presente das coisas futuras.

Com essa discussão, pretende-se promover a escuta e o acolhimento durante o processo de adoção de bebês, crianças e adolescentes, dando-lhes inclusive a oportunidade de relatar hábitos, gostos e preferências pessoais, o que, a nosso ver, facilitaria a transferência de valores e de afeto para a família adotiva.

## 2 TEMPO DE ESPERA OU ESPERA DE UM TEMPO?

Em seu livro, D’Andrea (2012) descreve o “arrastar” do tempo de espera da pequena Martina, que vive o abandono ou a separação da própria família e entra em uma espécie de limbo, um tipo de suspensão do tempo de desenvolvimento da relação pai-filho, o que gera na menina sentimentos como a angústia e a confusão.

A institucionalização pode representar acolhimento e, ao mesmo tempo, provocar tensão e ansiedade naquele que é acolhido em decorrência das mudanças no ambiente, na rotina, das pessoas com quem o bebê, a criança e o adolescente passam a conviver, levando-os a ter de se adaptar a essas novas situações. Nessa esteira, Tinoco e Franco (2011) apontam que esse sujeitos experienciam múltiplos

rompimentos, pois, em geral, eles não se encontram afastados apenas de sua família, mas também de seus pertences, de seus brinquedos, dos objetos, dos hábitos, dos costumes e do convívio social. Tal cenário é, então, gerador de angústias e pode acionar comportamentos intensos de procura.

É importante pensar em cada um desses sujeitos (bebê, criança ou adolescente) em suas singularidades e necessidades, um olhar para cada acolhido, a fim de garantir uma provisão ambiental mais adequada dentro de uma concepção winnicottiana: um ambiente favorável caracterizado pela presença de um adulto que tenha tolerância e compreensão com a criança (WINNICOTT, 1965b/1983).

Ao se disponibilizar a estar com o bebê, a criança e o adolescente institucionalizados, é fundamental respeitar, por exemplo, os objetos e fenômenos transicionais já existentes, como paninho, chupeta, brinquedo, música, dentre outros itens, ou até mesmo uma atividade autoerótica.

No caso dos bebês, o objeto transicional representa a passagem do bebê de um estado em que está fundido com a mãe para um estado em que está em relação com ela como algo externo e separado. Winnicott (1971a/1975, p. 15) afirma que não se trata especificamente do primeiro objeto das relações de objeto, mas da “primeira possessão não-eu” e da área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido. Os objetos ou fenômenos transicionais caracterizam esse estado intermediário entre a inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade, ou seja, eles descrevem a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade. Trata-se, enfim, de

[...] designar a área intermediária de experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta. (WINNICOTT, 1971a/1975, p. 14)

A pequena Martina ilustra em sua fala a necessidade de estar com suas coisas:

Queria as minhas coisas: o meu coelho amarelo, o espelho onde eu me olhava, a minha árvore fora da janela, que mexia com o vento e me dava “olá” ... a minha caixa mágica, onde moravam pessoas que falavam, cantavam, dançavam... e não saiam dali para me encontrar (D’ANDREA, 2012, p. 43).

Por meio desses objetos, os sujeitos que são retirados da família de origem e inseridos na instituição, à espera angustiante do retorno à casa dos pais ou de uma adoção, podem suportar melhor a invasão ambiental decorrente das várias mudanças na rotina. Assim, se houver a possibilidade de ter em sua companhia um objeto que lhe seja significativo, representativo de alguém, pode ser mais fácil suportar essas invasões ambientais.

Hueb (2002) ressalta que relações parentais entre pessoas que não estão ligadas pelo vínculo biológico direto podem vir a se estabelecer afetivamente por meio de uma construção conjunta de ligações materno-paterno-filiais, ao se compartilhar desejos, sonhos, afetos e medos.

Na carta escrita pela pequena Martina, evidencia-se a necessidade dos pais adotivos de entenderem quanto as “coisas” lhe eram importantes e suas recordações. Sobre isso, afirma D’Andrea: “As recordações... a memória do passado. Mas nessas situações os adultos não são oprimidos pelo desejo de se livrar do assunto, com a desculpa de proteger a criança? Não tem medo dele como se fosse insidioso para a estabilidade da ‘nova história’?” (D’ANDREA, 2012, p. 45).

É importante ressaltar que, quase sempre, o processo adotivo é um remexer nas entranhas de todos os envolvidos: pais que desejam gerar um filho e não conseguem; pais que não desejam ter filhos, mas procriam e rejeitam; pais que, apesar de amarem seus filhos, não conseguem mantê-los, precisam doá-los por falta de políticas públicas de emprego, moradia, saúde e educação. Porém, ainda segundo Hueb (2002), há pais que se dispõem a acolher o filho de outrem, o qual, após desligado de sua família de origem, necessita de um meio familiar afetivo que promova o estabelecimento de laços e lhe possibilite crescer e desenvolver-se.

No conto, o “[...] primeiro desejo que Martina exprime em sua mensagem é o de ser acolhida” (D’ANDREA, 2012, p. 15). Acolher, no sentido etimológico da palavra *acolligere*, significa receber, reunir, juntar, coletar, recolher. No caso de Martina, seus futuros pais deverão acolher o “[...] seu nome, seu corpo, sua história e sua cultura, que, na concretização da adoção, farão parte integrante da história e

do patrimônio da família que a adotará” (D’ANDREA, 2012, p. 14). História não se apaga, cada um tem a sua, a criança adotada não pode ter violado o direito de ter preservada a sua origem, a sua história.

A adoção, vista como outra possibilidade de constituição familiar, pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica. Para uma criança privada da família, a adoção é uma possibilidade de recriar vínculos afetivos. Não obstante, a adoção é um fenômeno social complexo, pois tanto o desligamento da família biológica, com suas implicações, como tristeza, luto, quanto a espera pela família adotante, quando não mais se faz possível a reinserção familiar, vêm acompanhadas de expectativa, de ansiedade, de esperança, de desafios, de possibilidades e impossibilidades, o que aponta para a necessidade de se escutar esses fenômenos.

### 3 O QUE ESCUTAMOS DA HISTÓRIA DA PEQUENA MARTINA?

Dar voz à criança à espera de uma família, escutá-la e ouvi-la, é de extrema necessidade na relação entre os adultos – psicólogos, assistentes sociais, promotores de justiça, juízes, cuidadores, pedagogos, professores, adotantes etc. – e a criança acolhida. Martina, uma criança inquieta e cheia de vida, remete-nos a lugares antes visitados sem muita atenção e nos mostra toda a ansiedade, a alegria e o temor que esses lugares podem nos causar. Separada de sua família de origem, Martina vive um período em que perdeu a condição de filha, evidenciada na fala do Construtor de Pontes: “A brusca interrupção fala dos seus afetos traídos, dos seus vínculos perdidos, e, talvez de uma conclusão angustiante: agora não era mais nada? Não era filha de ninguém?” (D’ANDREA, 2012, p. 35)

As indagações da pequena levam-nos a pensar que as crianças/os adolescentes em instituições de acolhimento vivem um momento de suspensão da condição de filhos, ou seja, estão privados temporariamente ou mesmo definitivamente de serem filhos. Além disso, os adotantes em tempo de espera também vivem um

período de suspensão de suas condições. Da criança, uma condição que lhe foi dada e que lhe foi tirada: a de filha; dos adotantes, uma condição sonhada que lhes foi cerceada: a de gerar um filho biológico.

No conto, mais precisamente no diálogo entre Martina e o Construtor de Pontes, responsável por auxiliar a menina nesse “tempo de espera”, verifica-se a tentativa de construir com ela um novo vínculo, levando-a a vislumbrar a possibilidade de acreditar nos “grandes” (adultos), ao que a menina replica: “Os grandes falam muito bem, mas não nos levam a sério quando dizemos alguma coisa! [...] Na verdade eu não confio nos grandes: posso confiar em você?” (D’ANDREA, 2012, p. 34).

Diálogos como esses nos fazem pensar que o aprendizado é recíproco: o Construtor de Pontes experimenta refletir a respeito da perspectiva da pequena menina, a qual demonstra sua fragilidade e seu temor diante da situação vivida (perda da condição de filha) e da que está por vir (a inclusão em uma nova família).

E, a partir daí, a pequena começa a se abrir para criar um vínculo com uma “espécie” que lhe trouxe sofrimento profundo: o adulto. Ao pensar nesse adulto, recorremos ao texto “Projeto para uma psicologia científica” de Freud (1895/1974), quando traz a figura do *Nebenmensch*, o semelhante, o próximo, o único a poder auxiliar, é o primeiro objeto de satisfação e o primeiro objeto hostil.

Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui então a experiência de satisfação, que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo (FREUD, 1895/1974).

O adulto, na figura do Construtor de Pontes, busca assegurar que não decepcionará a menina e, então, senta-se ao lado dela para ouvir/conhecer seus interesses, acolhendo a fragilidade da menina, escutando-a atentamente.

Martina, para diminuir então a sua ansiedade e o seu medo, decide escrever uma carta para seus futuros pais a fim de compartilhar os seus sentimentos, a sua

história, as suas decepções, a sua dor, bem como seus sonhos. “Martina escolhe, naturalmente, como interlocutores privilegiados os seus futuros pais, que deverão ajudá-la a construir uma continuidade – uma ponte – entre o biológico e o afetivo, entre pai e mãe biológicos e pai e mãe afetivos” (D’ANDREA, 2012, p. 27).

Ademais, ela confia ao novo amigo: “[...] da primeira vez, ninguém me perguntou se eu queria ir lá onde eu nasci; e também desta vez ninguém me pergunta nada. Por quê?” (D’ANDREA, 2012, p. 35). Provavelmente a menina não tenha se dado conta de que, de modo pouco consciente, “pedia aos seus novos pais para adotar, junto com ela, também as suas lembranças e a sua dor” (D’ANDREA, 2012, p. 39).

Altoé (2008) escreve que, frequentemente, as crianças moradoras de abrigos sentem-se confusas em relação às suas referências familiares, não conseguindo contar suas histórias de vida senão em narrativas entrecortadas, perdendo o laço de continuidade de sua genealogia, uma vez que a filiação é marca de um lugar, permitindo à criança descrever-se como filho(a) de... e de.... É o que vemos acontecer com Martina, que estava

presa por uma confusão de pensamentos, lembranças, emoções que vinham à sua mente, como infinitos afluentes de um rio nos quais era difícil não se perder. Gostaria de saber as histórias dos meus amigos? [...] todos os pais precisavam de nós, também os meus precisavam de mim. Mas depois nos deixaram. (D’ANDREA, 2012, p. 40).

São inúmeras as indagações de Martina acerca do tempo passado e do tempo futuro. Muitas perguntas. “Às vezes me pergunto, mas ninguém consegue me responder: na história anterior quem tinha o mesmo nome que o meu? Ou ninguém tinha? Talvez este nome agradasse a alguém, fizesse recordar alguma coisa, quem sabe?” (D’ANDREA, 2012, p. 45).

Nesse contexto, o nome que se dá a uma criança é importante; por meio dele, pode-se transmitir um desejo, uma promessa, um presságio, uma “linhagem”. Um nome pode fazer recordar uma outra pessoa, mesmo que isso, talvez, Martina nunca viesse a descobrir. “É um lugar estranho às crianças sozinhas” (D’ANDREA, 2012, p. 34), onde cada uma das crianças tem o próprio nome, apenas o primeiro

e só, sendo que antes também tinha um sobrenome, aquele que o pai e a mãe dão quando nascem os filhos.

É necessário destacar uma diferença fundamental em relação ao prenome e ao sobrenome. Ambos compõem o nome próprio, mas o primeiro perpassa por uma escolha, ao passo que o segundo marca algo da ordem de uma transmissão: a descendência (LACAN, 1961-1962/2003).

É a partir do sobrenome que nos identificamos como parte de uma linhagem, de um lugar em uma novela familiar que já está dada antes de nascermos. Ou seja, o sobrenome identifica a linhagem, e o prenome nos identifica e nos diferencia dentro dessa linhagem que possuímos em comum com outros sujeitos de nossa família. Em outras palavras, o prenome é aquilo que nos organiza dentro de uma linhagem cujo sobrenome todos carregam. É o que mostra a diferença entre um núcleo familiar que compartilha o sobrenome por todos herdado.

Quando adotada, a criança tem o sobrenome alterado e poderá modificar o prenome (BRASIL, 2009). Entretanto, recomenda-se o respeito à vinculação da criança ao próprio nome, sendo cada caso avaliado pelos psicólogos da Vara da Infância quanto à viabilidade ou não da alteração do primeiro nome. Dolto (1998) destaca a importância de a família adotiva acolher e respeitar a história de vida da criança anterior à adoção, inclusive o seu prenome. Para essa autora, é também uma forma de os pais adotivos declararem ao(à) filho(a) o reconhecimento por “[...] sua mãe de nascimento e por seu pai genitor. Foi do desejo deles que veio a autorização que deram ao filho, este filho que eles não podiam assumir, de encontrar uma família adotante” (DOLTO, 1998, p. 233).

E Martina continua: “Bom, seja como for, tenho um nome e não quero mudar, certo!” (D’ANDREA, 2012, p. 45). Martina expressa o desejo de não querer mudar o nome, pois já tem um. Um nome que traz a sua história, pois a escolha de um nome próprio é fruto do desejo de um outro encarnado por alguém. Cada sujeito é convocado a responder por um nome. Ele é um direito, mas é também um dever, pois “[...] se toda pessoa tem direito ao nome, ela precisa, de algum modo,

posicionar-se em relação a ele em sua história. Precisa posicionar-se diante de uma escolha anterior ao seu nascimento, diante de algo que não teve participação alguma na decisão” (CARVALHO; CHATELARD, 2016, p. 139).

É pensar que ali onde inicialmente não há nada que particularize o sujeito no mundo, criamos uma marca e lá colocamos: Carolina, Pedro, Amanda... Martina. O nome é uma convocação que mostra, por meio de nossa resposta, como cada um conta a sua história, a partir da forma como foi contado pelo outro, encarnado por um outro.

Esses pequenos recortes de falas de Martina nos fazem pensar que, no tempo de espera, o pensamento é povoado por inúmeras perguntas e que muitas delas não terão respostas. E, como percebe o Construtor de Pontes, os adultos frequentemente repetem o comportamento do “sabe-tudo”, construindo respostas prontas para situações, procurando convencer a criança do que, em muitas vezes, nem ele acredita.

Sabe, falando com você, escutando-a, percebo que é verdade: frequentemente nós, adultos, somos mesmo estranhos. Construimos respostas para dar a vocês, crianças, mas nem sempre essas respostas servem para fazer compreender. São explicações, justificativas, para nos convencer de que aquilo que fizemos ou dissemos é justo (D’ANDREA, 2012, p. 40).

Nesse processo de construção de pontes entre a criança e a nova família, haverá, também, momentos de recolhimento, de desolação, momentos necessários para sedimentar a nova relação, para digerir sofrimentos, expectativas e para acolher o outro com a sua história. Isso faz parte de qualquer história que envolva pessoas, especialmente a familiar.

## 4 UMA PONTE A SER CONSTRUÍDA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão central: o que se escuta da criança nesse tempo de espera? Trazemos uma fala de Martina: “Falarei com meus novos pais, retoma Martina. Se eles me ajudarem... juntos podemos entender. Gostaria muito que fosse assim. Sozinha eu não consigo” (D’ANDREA, 2012, p. 43).

Como escutar ou escutamos “Sozinha eu não consigo”, uma ponte não se pode construir senão partindo contemporaneamente de dois pontos de apoio, que se soldam no ponto de encontro. É a fascinante tarefa dos pais: fazer a criança sentir que este “ponto de encontro” é a própria história que começarão juntos, que vai soldar as histórias vividas antes: por eles mesmos e pela criança. Os pais adotivos colhem o testemunho sobre os genitores, para fazer com que o projeto de vida da criança continue.

Esperamos que os pretendentes à adoção sejam capazes de acolher o bebê, a criança e o adolescente nesse processo de mudança e adaptação, permitindo a vivência de suas ansiedades, não se deixando ferir pelos comportamentos de enfrentamento por ventura apresentados por eles. Acreditamos que, quando os adotantes não estão suficientemente preparados para lidar com o bebê, a criança ou o adolescente “real”, ocorrem as situações denominadas “devolução”, em que esses desistem do processo de adoção.

Sendo assim, durante o tempo de espera, é importante dar voz à criança, bem como dar lugar à escuta de seus relatos. Martina pedia para ser ouvida. O seu silêncio atento e participante a tinha aproximado mais do que qualquer gesto ou palavra; a menina estava abandonando a um emaranhado de lembranças, imagens, sensações.

Nesse cenário, o Construtor de Pontes se dá conta do quão importante é dar voz à criança que vive o tempo de espera: conhecer suas expectativas em relação à adoção, aos novos pais, à aceitação desses no que tange à sua história de vida, às suas lembranças, bem como a seus temores, suas ansiedades.

É importante destacar, porém, que para aprender a escutar uma criança é necessário despojar-se da arrogância de compreender as necessidades da criança sem conhecê-la. Escutar é, também, lembrar que os bebês, as crianças e os adolescentes a serem adotados não passaram diretamente da maternidade para a família adotiva, mas tiveram progenitores e uma história de vida, história que geralmente consta do processo da criança. Desse modo, essa história não pode

ser perdida, não pode ser negada, muitas vezes precisa ser resgatada para ser, então, elaborada psiquicamente.

Assim, ao serem inseridos em uma nova família, os bebês, as crianças e os adolescentes trazem como bagagem inúmeros padrões de comportamentos, atitudes e funcionamentos estabelecidos, além de histórias de relacionamentos vivenciados. Desse modo, novos cheiros, cantigas, músicas, sabores, alimentos, vocabulário, brinquedos, brincadeiras, enfim, hábitos e costumes diferentes daqueles da família de origem e da instituição, serão percebidos e recebidos muitas vezes de forma impactante.

Na fase de integração e adaptação à nova família, os bebês, as crianças e os adolescentes necessitam, portanto, aprender todo um conjunto de regras, rotinas e hábitos da nova família e adequar-se a esse conjunto, o que, em nossa concepção, não é uma tarefa fácil, nem para eles tampouco para os novos pais, pois é necessário vivenciar o luto da idealização de uma família “Doriana”, de um comercial midiático, novelesca, a fim de que o real se sobreponha ao ideal, ao possível.

Enfim, ao se adotar alguém, para além da história de vida, adotam-se também as marcas de contínuas exposições a situações de risco em contextos anteriores. Assim, bebês, crianças ou adolescentes e os futuros pais precisam ter esperança, mas esperança no sentido de “esperançar”, porque se estes tiverem esperança no sentido de “esperar”, essa não é esperança, é pura espera. Esperançar é não desistir, de ser um filho para estes pais ou estes pais de terem um filho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO. **Confissões**. 9. ed. Trad. J. Oliveira Santos; A. Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALTOÉ, S. O bebê que “invade”: reflexões sobre o atendimento institucional a crianças em situação de vulnerabilidade social. In: LEITE, L. C.; DELGADO LEITE, M. E.; BOTELHO, A. P. (Orgs.). **Juventude, desafiliação e violência**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008, p. 187-198.
- ALVARENGA, L. L.; BITTENCOURT, M. I. G. F. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em casos de adoção. **Pensando famílias**, v. 17, n. 1, p. 41-53, 2013.
- BRASIL. **Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/leis/L12010.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- CARVALHO, I.; CHATELARD, D. O nome: um direito ou um dever? **Stylus**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 139-149, 2016.
- D’ANDREA, A. **Tempo de espera**: como vivem as crianças, o casal e os trabalhadores sociais à espera da adoção. Tradução de Luci Moreira da Costa. São Paulo: Instituto de Terapia Familiar de São Paulo – ITFSP, 2012.
- DOLTO, F. Reflexões sobre adoção. In: HALMOS, C. (Org.). **Os caminhos da educação**: textos recolhidos, anotados e apresentados por Claude Halmos. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 1998, p. 231-246.
- FREUD, S. [1895]. Projeto para uma Psicologia Científica. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas**. Tradução de Jayme Salomão. 23. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 1. p. 303-409.
- HUEB, M. F. D. **Privação materna e adoção tardia**: ferida na alma, ou travessia compartilhada? 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LACAN, J. [1964-1965]. **Problemas cruciais para a psicanálise**. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2006.
- TINOCO, V.; FRANCO, M. H. P. O luto em instituições de abrigamento de crianças. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 4, p. 427-434, 2011.
- WINNICOTT, D. W. [1971] Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: WINNICOTT, D. W. (Org.). **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 10-47.
- WINNICOTT, D. W. [1965] Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In: WINNICOTT, D. W. (Org.). **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 163-174.



## Cleide Vitor Mussini Batista

Pós-Doutora em Psicologia pela USP e em Psicanálise pela UFPB. Docente do Departamento de Educação da UEL. Psicanalista. Membro da formação permanente do Instituto Langage. Membro da Associação La Cause des Bébés.

**E-mail:** [cler@uel.br](mailto:cler@uel.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-2213-1496>

## Gilmara Lupion Moreno

Graduada em Pedagogia pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (1994), Mestre em Educação pela UEL (2001) e Doutora em Educação pela USP (2012). Professora Associada da área de Educação Infantil, do Departamento de Educação, da UEL. Coordenadora do Projeto de Extensão 'Adoção e Acolhimento Institucional: Uma proposta de formação continuada para professores...'

**E-mail:** [gilmaralupion@hotmail.com](mailto:gilmaralupion@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4435-878X>